



Déficit primário do Governo Central totaliza R\$ 61,7 bilhões em 2025

Inflação do aluguel sobe 0,41% em janeiro, mas tem queda em um ano

Página 3

Preços altos derrubam consumo de café no Brasil em 2025

Página 6

Pró-Sangue alerta para queda nos estoques

A Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo registra uma queda expressiva nas doações de sangue nas últimas semanas, cenário relacionado ao início do ano e período de férias escolares, quando há redução no comparecimento de doadores. A situação preocupa a instituição, que atua para manter os estoques em níveis seguros e garantir o atendimento à rede pública de saúde.

De acordo com o monitoramento diário, os tipos O positivo e negativo, B positivo e negativo, AB negativo demandam atenção especial, com estoques abaixo do nível ideal, fundamentais para atendimentos de emergência e pacientes em situação crítica ou tratamentos de rotina.

A Pró-Sangue reforça a importância de manter os estoques equilibrados neste período do ano e orienta a população a procurar um dos postos de coleta da instituição.

Postos de coleta da Pró-Sangue:

Posto Barueri – R. Guilhermina Carril Loureiro, 144 – Centro – Barueri/SP; Posto Clínicas – Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 – 1º andar – Cerqueira César – São Paulo/SP (próximo ao metrô Clínicas e Oscar Freire); Posto Dante Pazzanese – Av. Dr. Dante Pazzanese, 500 – Ibirapuera – São Paulo/SP; Posto Mandaguí – R. Voluntários da Pátria, 4.227 – Mandaguí – São Paulo/SP; Posto Osasco – R. Ari Barroso, 355 – Presidente Altino – Osasco/SP

Para agilizar o atendimento, o agendamento pode ser feito online: <https://prosangue.hubglobe.com/>

Horários especiais e funcionamento aos finais de semana podem ser consultados na página oficial: <https://prosangue.sp.gov.br/doacao/Enderecos.html>

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com muitas nuvens a nublado com chuva no fim da manhã. Tarde e noite chuvosas.

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,20
Venda: 5,21

Turismo
Compra: 5,22
Venda: 5,40

EURO

Compra: 6,22
Venda: 6,22

Sisu 2026: candidatos já podem conferir resultado individual



Foto/Divulgação

Página 6

Pressionado pelo crescimento de gastos obrigatórios, como Previdência Social e Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – encerrou 2025 com déficit primário de R\$ 61,69 bilhões, o equivalente a 0,48% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país).

O número foi divulgado na quinta-feira (29) pelo Tesouro Nacional, junto com o resultado de dezembro. No último mês do ano, houve superávit primário de R\$ 22,1 bilhões.

“O resultado do ano conjuguou um superávit de R\$ 255,5

bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e um déficit de R\$ 317,2 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, a receita líquida cresceu 2,8% (R\$ 64,3 bilhões), enquanto a despesa avançou 3,4% (R\$ 79,1 bilhões)”, explicou o Tesouro Nacional.

O déficit no ano teve aumento real (descontada a inflação) de 32,3% em relação a 2024, quando o déficit primário tinha ficado em R\$ 42,92 bilhões (0,36% do PIB), puxado pelos gastos com as enchentes no Rio Grande do Sul e também pelo crescimento de gastos obrigatórios da Previdência Social e BPC. Página 3

Dino nega pedido para suspender a renovação automática da CNH

Página 6

Com 266 casos, feminicídios atingem recorde no estado de São Paulo em 2025

Página 2

Juros para famílias sobem para 60,1% ao ano em 2025

Página 4

Esporte

GRAKAR chama seus pilotos para a abertura da temporada 2026

Após definição dos Campeonatos de 2025, GRAKAR já define o calendário da temporada 2026 e chama seus pilotos para a primeira etapa.

A temporada 2025 da GRAKAR foi disputada do início ao fim, sempre trazendo nomes novos ao kartismo, sendo o campeonato de kart amador com mais variedade de vencedores de corridas.

A GRAKAR (Aleport-Portões Automáticos, Rainbow Laundry – Lavanderia de Macaões, Jomal O Dia SP, Mestre KUKA Burger, KDA Store, SOUVAREJO Tecnologia, ASSIMA Contabilidade), teve como

destaque o piloto Rodrigo Oliveira, campeão em duas categorias, Contra-Relógio e na categoria Elite.

A temporada 2025 terminou com:

Contra-Relógio
1º Rodrigo Oliveira; 2º Felipe Braga; 3º Matheus Nozaki

Elite
1º Rodrigo Oliveira; 2º Fernando Braga; 3º Paulo Policeno

Graduados
1º Luiz Marcelo; 2º PP Worms; 3º Roberto Straub

Light
1º Paulo Piccolo; 2º Caterina Antonella; 3º Rodrigo Arantes.

“Foi muito bacana acompa-



Foto/Clayton do Kart

MOTO1000GP e Power Escapamentos renovam parceria para a temporada 2026 da Daytona 660 CUP



Daytona 660 CUP terá segunda temporada em 2026

A Daytona 660 CUP contará novamente com a Power Escapamentos como parceira técnica na temporada 2026 do MOTO1000GP. A renovação dá continuidade ao trabalho iniciado em 2025, quando a empresa foi responsável pelo fornecimento padronizado dos sistemas de exaustão utilizados no grid da categoria. A etapa de abertura da temporada será em

12 de abril, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP).

Criada em parceria com a Triumph Motorcycles Brasil, a Daytona 660 CUP utiliza exclusivamente o modelo Daytona 660 em um grid padronizado, garantindo equilíbrio técnico, controle de custos e um ambiente competitivo voltado ao desenvolvimento de pilotos. A categoria integra a programação do MOTO1000GP

como uma etapa intermediária entre as categorias de formação e a GP600 e valoriza a presença de empresas nacionais entre seus parceiros técnicos, responsáveis pelo fornecimento de componentes de alta performance.

“Contar novamente com a Power Escapamentos na temporada 2026 da Daytona 660 CUP é muito importante para nós. Iniciamos essa parceria em 2025 e tivemos uma entrega acima do esperado, com produtos de alta qualidade, suporte técnico consistente e materiais desenvolvidos no Brasil. Esse conjunto foi fundamental para viabilizar uma copa monomarca de média cilindrada com alto nível técnico e custo de participação acessível. Como gestor do MOTO1000GP e da Daytona 660 CUP, fico muito tranquilo em seguir com a Power, que atendeu plenamente as expectativas da categoria”, afirma Gilson Scuderi, CEO do MOTO1000GP.

Com mais de 30 anos de atua-

ção nas disputas de perto e ver que tudo se definiu na última etapa. Os troféus dos Campeonatos serão entregues na primeira etapa de 2026 e já convidado a todos os pilotos a se inscreverem pra essa nova temporada”, declarou Wanderley Borges, promotor da GRAKAR.

A temporada se iniciará no próximo dia 01/02/2026 no Kartódromo Internacional Granja Viana.

As inscrições seguem abertas no site oficial do campeonato – www.grakar.com.br, onde o piloto poderá conferir todos os detalhes e calendário da temporada 2026.

ada em 2025, reúne exclusivamente motos Daytona 660 em um grid padronizado, garantindo alto nível técnico e mantendo acessibilidade para pilotos em ascensão.

O MOTO1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Honda, Motul, Pirelli, BMW Motorrad, Suhai Seguradora e Ducati, e o apoio da Revista Duas Rodas e da plataforma Motorsport.com. As corridas são transmitidas no canal do YouTube do MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Brasil, também do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do Canal RACER Brasil.

Com 266 casos, feminicídios atingem recorde no estado em 2025

O estado de São Paulo registrou aumento de 8,1% nos casos de feminicídio em 2025, atingindo o maior número da série histórica para esse tipo de crime iniciada em 2018. Foram 266 mulheres assassinadas em razão do gênero, contra 246 casos em 2024, segundo dados da SSP (Secretaria da Segurança Pública).

A reportagem teve acesso aos dados do mês de dezembro na quinta-feira (29). Eles completaram as estatísticas referentes ao ano passado. No último mês do ano, o estado registrou 36 casos, 12 a mais do que no mesmo mês de 2024.

A cidade de São Paulo também observou alta nesse tipo de crime. Ao longo de 2025, foram

60 casos, alta de 22,4% em relação aos 49 de 2024. Em dezembro passado, houve quatro registros, um a mais do que no mesmo mês do ano anterior. A SSP não comentou os dados na manhã de quinta.

Embora o crime tenha sido tipificado em 2015, por meio da lei federal 13.104, os registros só passaram a ser divulgados de forma unificada pela SSP em 2018. Desde 2023, o estado tem visto mais de 200 casos por ano, em uma tendência crescente.

Especialistas ressaltam que a alta de feminicídios pode representar, além de uma maior incidência do crime, uma melhor capacidade de registro pelas autoridades policiais em enquadrar homicídios de

mulheres nas previsões estabelecidas pela lei do feminicídio. Mortes cometidas no âmbito de violência doméstica ou familiar ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher se encaixam nessas previsões.

Um caso representa um boletim de ocorrência lavrado pela delegacia com a rubrica do crime de feminicídio. O número de vítimas, no entanto, pode ser maior, uma vez que mais de uma mulher pode ter sido assassinada na mesma ocasião.

Entre os casos de violência que chamaram atenção no ano passado está o de Tainara Souza Santos, 38, atropelada e arrastada por cerca de um quilômetro em 29 de novembro. Ela morreu em

24 de dezembro, no Hospital das Clínicas, após quase um mês internada.

Douglas Alves da Silva foi preso sob suspeita de ser o autor do crime.

"Sinto o choro de todas", diz mãe de Tainara, atropelada e arrastada por 1 km em SP. Outro episódio de violência contra a mulher registrado no período foi a tentativa de assassinato de Evelin de Souza Saraiva, 38, atacada a tiros dentro de uma pastelaria na zona norte de São Paulo.

Segundo a polícia, o ex-companheiro utilizou duas armas de fogo, motivado por ciúmes do novo relacionamento da vítima, e já havia feito ameaças anteriores.

Ele terminou preso nesta semana após ser localizado na mesma região do crime.

Houve ainda o caso da arquiteta Fernanda Silveira Andrade, 29, assassinada em outubro do ano passado. Segundo a polícia, o autor do crime era ex-namorado da vítima, que já teria agredido Fernanda anteriormente. A família relata à PM que ela vinha sofrendo ameaças.

Fernanda estava desaparecida desde o início de outubro, após retornar de uma viagem ao Guarujá, no litoral paulista. O corpo foi encontrado em Pareiheiros, no extremo sul de São Paulo, no sábado (24), após o suspeito indicar à polícia o local onde havia enterrado a vítima.

No acumulado de janeiro a dezembro, os estúpos passaram de 14.579 em 2024 para 14.443 ocorrências em 2025, retração de 0,9%. Ainda assim, o dado mostra o registro de quase 40 casos de estupro por dia nas cidades paulistas.

Em dezembro, os estúpos tiveram variação discreta, com queda de 0,7%, passando de 1.096 para 1.088 registros.

Na capital paulista, os números seguem a mesma tendência. No ano, os estúpos recuaram 2,5%, de 3.012 para 2.934 casos. Já em dezembro, a tendência foi de alta: esses crimes aumentaram 5,3%, passando de 225 para 237 ocorrências. (Folhapress)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

55 [entre vereadores e vereadoras] são testemunhas de que esta coluna de política foi a 1ª a afirmar [em 2025] que o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) acabaria sendo candidato pela reeleição 2026

PREFEITURA (São Paulo)

O prefeito, Ricardo Nunes (MDB) é testemunha de que esta coluna de política foi a 1ª a afirmar [em 2025] que o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) acabaria sendo candidato pela reeleição 2026

ASSEMBLEIA (São Paulo)

94 [entre deputados e deputadas] são testemunhas de que esta coluna de política foi a 1ª a afirmar [em 2025] que o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) acabaria sendo candidato pela reeleição 2026

GOVERNO (São Paulo)

O governador Tarcísio Freitas (Republicanos) é a maior de todas as testemunhas de que esta coluna de política foi a 1ª a afirmar [em 2025] que ele acabaria sendo candidato pela sua reeleição 2026

CONGRESSO (Brasil)

70 [entre deputados e deputadas por SP] são testemunhas de que esta coluna de política foi a 1ª a afirmar [em 2025] que o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) acabaria sendo candidato pela reeleição 2026

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Presidente Lula (PT) e vice Alckmin (ex-PSDB no PSB) são testemunhas de que esta coluna de política foi a 1ª a afirmar [em 2025] que o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) acabaria sendo candidato pela reeleição 2026

PARTIDOS (Brasil)

Donos do Republicanos, do PL e o Kassab (dono do PSD) são testemunhas de que esta coluna de política foi a 1ª a afirmar [em 2025] que o governador (SP) Tarcísio Freitas acabaria sendo candidato pela reeleição 2026

JUSTIÇAS (Brasil)

A falta de um código de ética no Supremo pode levar [tanto os 10 ministros como uma ministra] não precisarem concordar com convocações do Toffoli e do Moraes em quaisquer CPLs [casos envolvendo o "banco" Master]

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarneto

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Mas, sobretudo, tende ardente amor uns para com os outros, porque o amor cobrirá a multidão de pecados" 1 Pedro 4:8

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Programa Respeito à Vida já habilita 170 municípios



Programa, que passou por reestruturação e agora dá peso maior a evidências

Seguras, que recebeu 183 manifestações de interesse, é voltado à implementação de soluções de alto impacto em locais críticos, intervenções em áreas onde a sinistralidade e o risco são comprovadamente elevados.

O componente Educação, com mais de 120 interessados, é voltado à formação e qualificação de gestores e servidores públicos na criação de uma cultura de valorização da vida. Já o componente Fiscalização, que teve 121 inscritos, vai apoiar os municípios no alinhamento das ações locais à estratégia estadual de segurança viária e fortalecer as capacidades técnicas e operacionais dos municípios.

O componente de Vias Seguras avança com 104 municípios enquadrados nos requisitos do programa - a lista completa de cidades pode ser vista aqui. Aptos a receber recursos para a execução dos projetos, esses municípios seguem agora para uma 2ª fase do processo seletivo, em

que suas propostas serão submetidas a uma minuciosa avaliação técnica para aferir sua aderência aos objetivos do PRAVida, com base no inédito Guia de Intervenção para Vias Seguras, elaborado em colaboração com a Iniciativa Bloomberg para Segurança Viária Global, parceira do Detran-SP, e aos critérios de priorização, como o grau de criticidade do trânsito em cada localidade.

O componente Educação teve 115 municípios qualificados e automaticamente selecionados para ampliar suas capacidades e conhecimento por meio de ações formativas de Segurança Viária. Ao final, todos serão contemplados. Os municípios que se inscreveram, mas não se enquadraram no componente, podem receber apoio de ações formativas temáticas nesta frente desde que tenham indicado, na inscrição, que possuem em seu quadro um responsável técnico registrado no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou CREA (Con-

selho Regional de Engenharia e Agronomia).

As cidades que não se habilitaram para as capacitações temáticas dos componentes 1 e 3 também poderão receber apoio de ações formativas, caso tenham indicado, no formulário de Manifestação de Interesse, não contar com nenhum responsável técnico ou autoridade de trânsito responsável para conduzir as ações de fiscalização e operação de trânsito. Essas cidades poderão aderir indiretamente ao componente Educação, mediante a apresentação de um ponto focal responsável pela gestão das ações educativas locais. A formação e engajamento de servidores municipais será de grande valia em rodadas futuras do programa.

Na frente de Fiscalização, cerca de 65% das manifestações foram qualificadas para obter apoio através de repasses de recursos financeiros para aquisição de materiais, condicionados à posterior avaliação técnica de aderência aos objetivos do programa e aos critérios de priorização. As 28 cidades que não se qualificaram para o 3º componente do Programa Respeito à Vida, mas afirmaram possuir autoridade de trânsito responsável para conduzir ações de fiscalização e operação de trânsito, estão pré-selecionadas para receber apoio de ações formativas temáticas na área de Fiscalização.

A lista completa de municípios em cada situação pode ser encontrada aqui. Dúvidas podem ser encaminhadas para integracao.municipios@detran.sp.gov.br, com o assunto: "PRAVida - dúvidas". (Governo de SP)

Produção de tilápia em São Paulo cresce 4% em volume em 2025

A piscicultura paulista consolidou-se como um dos pilares dinâmicos do agronegócio estadual e uma espécie vem se destacando neste cenário: a tilápia. A produção deste pescado registrou crescimento em volume, de acordo com dados preliminares do Valor da Produção da Aquicultura Paulista para o ciclo de 2025. O estudo revelou alta de 4% no volume produzido na comparação com 2024, atingindo 54,17 mil toneladas. Já o faturamento alcançou R\$ 494,11 milhões. Os dados são do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APITA), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

São Paulo mantém o posto de segundo maior produtor de tilápia do Brasil, atrás apenas do Paraná. A estrutura de processamento paulista é robusta: 21 frigoríficos concentram 86% do abate estadual, embora parte da produção ainda seja destinada a abatedouros em estados vizinhos, como Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Segundo artigo científico, publicado no site do IEA, as perspectivas são otimistas.

A tecnologia de criação em tanques-rede contribuiu para alta na produção e produtividade da tilápia. Atualmente, esse sistema de cultivo está concentrado principalmente nos grandes reservatórios hidrelétricos do oeste paulista e já respondem por mais de 75% do volume total produzido no Estado. Em 2024, o levantamento da Coordenadoria de Assistência

Técnica Integral (CATI) e do IEA contabilizou mais de 12 mil unidades de tanques-rede em operação. Já os viveiros escavados mantêm sua relevância no planejamento e na região da Mantiqueira, onde se dividem entre a produção comercial e o mercado de pesque-pague, atividade de lazer que impulsiona a economia local.

Para o pesquisador do IEA, Eder Pinnati, a pesquisa científica tem contribuído para a melhoria da produtividade e da qualidade dos peixes criados no Estado. "São diversos desafios que vão desde a qualidade da água até a gestão da cadeia que estão sendo estudados concomitantemente, e o IEA inicia o acompanhamento e divulgação de dados e informações da cadeia produtiva da tilápia", afirma. Diante da relevância e intensificação da atividade na agropecuária paulista, a tilápia foi incluída no Valor da Produção Agropecuária (VPA) em 2025, que gera um ranking de relevância econômica para os produtos do setor. Elaborado desde 1948, o VPA é um dos principais indicadores econômicos da agropecuária paulista e serve de base para análises setoriais, planejamento e formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor.

O setor segue atraindo novos investimentos, com aumento contínuo no número de criatórios cadastrados pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). Uma vez que a maior par-



te do abastecimento paulista continua vindo de outros Estados, há potencial de expansão bastante favorável para o crescimento e intensificação das criações de tilápias, conforme sinaliza o diretor da Divisão de Estatística, Economia e Políticas Públicas em Agricultura do Instituto de Economia Agrícola, Celso Viegro. "Colabora imensamente a esse crescimento da produção a instalação de grandes frigoríficos especializados no abate e processamento da tilápia (filetagem) com aproveitamento do couro para outros usos, inclusive, para o tratamento de queimaduras de primeiro grau", complementa.

A tilápia é a espécie de pescado preferida dos paulistas, seguida pelo salmão, pescada e atum. O alto custo da proteína, porém, é apontado como um dos principais fatores que limitam seu consumo. Os dados fazem parte de pesquisa recente realizada pelo Instituto de Oceanografia

(IO) da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Instituto de Pesca do Estado de São Paulo (IP-APTA).

Segundo o estudo, o consumo de peixes, crustáceos e moluscos no Estado está abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em média, os paulistas consomem esses alimentos apenas de uma a três vezes por mês, enquanto a OMS sugere o consumo pelo menos duas vezes por semana. Celso Viegro destaca o potencial de crescimento do consumo, já que, nos últimos anos, tem havido maior presença da tilápia nos hábitos de consumo dos brasileiros, particularmente, no centro-sul do país. O pesquisador explica que "em razão dessa maior demanda objetiva, a estrutura produtiva paulista está reagindo positivamente em exemplo do clássico econômico em que a demanda faz a oferta". (Governo de SP)

Déficit primário do Governo Central totaliza R\$ 61,7 bilhões em 2025

Pressionado pelo crescimento de gastos obrigatórios, como Previdência Social e Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – encerrou 2025 com déficit primário de R\$ 61,69 bilhões, o equivalente a 0,48% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país).

O número foi divulgado na quinta-feira (29) pelo Tesouro Nacional, junto com o resultado de dezembro. No último mês do ano, houve superávit primário de R\$ 22,1 bilhões.

“O resultado do ano conjuguou um superávit de R\$ 255,5 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e um déficit de R\$ 317,2 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, a receita líquida cresceu 2,8% (R\$ 64,3 bilhões), enquanto a despesa avançou 3,4% (R\$ 79,1 bilhões)”, explicou o Tesouro Nacional.

O déficit no ano teve aumento real (descontada a inflação) de 32,3% em relação a 2024, quando o déficit primário tinha ficado em R\$ 42,92 bilhões (0,36% do PIB), puxado pelos gastos com os entes do Rio Grande do Sul e também pelo crescimento de gastos obrigatórios da Previdência Social e BPC.

O resultado do ano passado veio melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal,

divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 68,21 bilhões em 2025.

Meta fiscal

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto para cima ou para baixo, para o Governo Central. No limite inferior da meta, isso equivaleria a déficit de até R\$ 31 bilhões.

Ao considerar apenas os gastos dentro do arcabouço fiscal, o déficit primário ficou em R\$ 13 bilhões (0,1% do PIB). Ou seja, estão excluídos da meta R\$ 48,68 bilhões de compensações autorizadas, como o pagamento de precatórios excedentes, despesas para ressarcimento dos descontos indevidos dos beneficiários previdenciários, despesas temporárias de educação e saúde e gastos em projetos estratégicos de defesa.

O déficit de 2025 poderia ter sido ainda maior não fosse o empacotamento de R\$ 8 bilhões, que são os recursos empenhados (autorizados) que não conseguem ser gastos pelo governo,

como emendas impositivas ou gastos vinculados que não podem ser remanejados dentro do mesmo ministério.

Do lado da receita, a arrecadação recorde de 2025 impediu um déficit mais alto.

Receitas e despesas

No ano de 2025, entre os destaques para o crescimento das receitas estão:

R\$ 43,56 bilhões (5,2%) na arrecadação com o imposto de renda, em especial com rendimentos do trabalho, rendimentos do capital e rendimentos dos residentes no exterior, além de aumento no Imposto de Renda Pessoa Física;

R\$ 15,4 bilhões (21,3%) com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), decorrente da maior arrecadação com operações de câmbio (saída), crédito a pessoas jurídicas e títulos e valores mobiliários;

R\$ 13,7 bilhões (38,3%) com outras receitas administradas pela Receita Federal, cujo resultado decorreu, em parte, de maiores recolhimentos de participação da União nas receitas de loteria;

R\$ 37 bilhões (5,4%) com receita previdenciária, refletindo o dinamismo do mercado de trabalho, o crescimento real dos recolhimentos do Simples Nacional previdenciário e a reatuação da folha;

R\$ 14,8 bilhões (11,7%) com exploração de recursos naturais,

explicada, majoritariamente, pela maior arrecadação na área do pré-sal e pelo recebimento, em 2025, de recursos derivados da celebração de acordo referente à Jazida Compartilhada do Pré-Sal de Jubarte, bem como de leilão de alienação dos direitos e obrigações da União.

Porém, houve queda de R\$ 26,3 bilhões (34,3%) nas receitas em dividendos e participações, justificada especialmente pela redução nos pagamentos da Petrobras e BNDES.

Pelo lado das despesas, os principais aumentos foram:

R\$ 41,4 bilhões (4,1%) em benefícios previdenciários;

R\$ 10,8 bilhões (9,1%) com BPC. Esses dois primeiros itens influenciados pelo aumento do número de beneficiários e pela política de reajuste do salário-mínimo;

R\$ 16,9 bilhões (4,3%) com pessoal e encargos sociais, em razão dos reajustes concedidos aos servidores públicos do Poder Executivo;

R\$ 10 bilhões (19,7%) com a complementação da União ao Fundeb;

R\$ 11,9 bilhões (6,1%) com despesas discricionárias.

Por sua vez, houve redução de R\$ 20,7 bilhões (76,3%) com gastos extraordinários, em razão das ações de enfrentamento à calamidade no Rio Grande do Sul no ano de 2024, o que não houve em 2025. (Agência Brasil)

Brasiliana

Maurício Picazo Galhardo



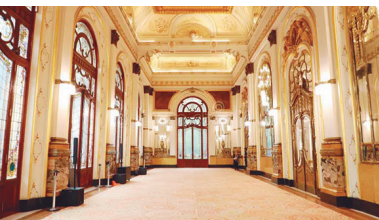
Então olhei para o Brasil e vi o campo...

- Quero saber apresenta:

“dia 23 de fevereiro, o Teatro Municipal de São Paulo, abrigará um evento especial que é o Agro Talk Mind, um encontro com o setor agropecuário nesse espaço histórico da arte da cidade. O evento reunirá especialistas e representantes de diversos países, numa reunião internacional de diálogo estratégico.

A programação envolverá representantes de vários países: Uruguai, Chile, México, Japão, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Turquia, Bolívia e Israel. Esses agro-eventos, trazem para o povo urbano, a realidade do povo rural. Muito bom.

Por hoje é isto. Até a próxima brasileira.



Teatro Municipal de São Paulo

Embraer fecha 2025 com a maior carteira de pedidos de sua história

A Embraer fechou o ano de 2025 com uma carteira de pedidos de US\$ 31,6 bilhões, a maior de sua história. O resultado é 20% superior ao registrado no final de 2024.

O segmento da aviação comercial da companhia foi o que registrou mais pedidos em valor (US\$ 14,5 bilhões), seguido da aviação executiva (US\$ 7,6 bilhões), serviços e suporte (US\$ 4,9 bilhões), defesa e segurança (US\$ 4,6 bilhões).

Em número de aeronaves encomendadas, o segmento da aviação comercial totalizou 1.471 pedidos: o modelo E175 liderou, com 1.003 encomendas, seguido do E195-E2 (401) e do E190-E2 (67). As companhias que fizeram mais pedidos foram SkyWest-EUA (288), American Airlines-EUA (204), e Republic

Airlines-EUA (187).

Em defesa e segurança, o KC-390 Millennium foi o mais encomendado (46 pedidos), principalmente pela Força Aérea Brasileira (18), Força Aérea Holandesa (5), e Força Aérea

Austriaca (4). Já o A-29 Super Tucano recebeu 39 encomendas, principalmente pela Força Aérea Portuguesa (12), Força Aérea Uruguaia (6) e Força Aérea do Panamá (4).

Em 2025, a companhia entregou 244 aeronaves, um crescimento de 18% em comparação às 206 entregues em 2024. As entregas, em número de aeronaves, foram lideradas pelo segmento de aviação executiva (155 entregas), seguido da aviação comercial (78) e defesa e segurança (11). (Agência Brasil)

Inflação do aluguel sobe 0,41% em janeiro, mas tem queda em um ano

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), conhecido como “inflação do aluguel”, começou 2026 com alta de 0,41%. O resultado volta ao campo positivo depois de ter apresentado queda de 0,01% em dezembro.

No entanto, no acumulado de 12 meses, o indicador recua 0,91%, marcando o terceiro mês seguido de retração nas janelas de um ano. Em janeiro de 2025, quando o IGP-M subiu 0,27%, o acumulado chegava a 6,75%.

Os dados foram divulgados na quinta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas

(FGV), no Rio de Janeiro.

O IGP-M é chamado de inflação do aluguel porque o resultado acumulado costuma ser base para cálculo de reajuste anual de contratos imobiliários. Além disso, o indexador é utilizado para reajustar algumas tarifas públicas e serviços essenciais.

Os pesquisadores levam em conta três componentes para apurar o IGP-M. O de maior peso é o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPPA), que mede a inflação sentida pelos produtores e responde por 60% do IGP-M cheio.

Em janeiro, o IPPA subiu 0,34%, puxado principalmente pelas altas

do minério de ferro (4,47%), carne bovina (1,37%) e tomate (29,5%).

Outro componente do IGP-M é o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que responde por 30% do indicador. Em janeiro, o IPC subiu 0,51%. As maiores pressões de alta no bolso das famílias vieram do curso de ensino fundamental (3,83%), curso de ensino superior (3,12%) e gasolina (1,02%).

O terceiro componente medido pela FGV é o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que ficou 0,63% no mês. Dentro do INCC, o item materiais, equipamentos e serviços subiu 0,34%; e a mão de obra, 1,03%.

Apesar de ser conhecido como a inflação do aluguel, o IGP-M acumulado negativo não é certeza de que os aluguéis serão reajustados para baixo. Isso acontece porque alguns contratos incluem a expressão “reajuste conforme variação positiva do IGP-M”, o que faz, na prática, que se haja reajuste se o índice for positivo.

Para chegar ao IGP-M do mês, a FGV faz coleta de preços em Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. O período de levantamento foi de 21 de dezembro de 2025 a 20 de janeiro. (Agência Brasil)

Setor produtivo reage à manutenção da Selic em 15% ao ano

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a taxa Selic em 15% ao ano, anunciada na quarta-feira (28), teve repercussão negativa entre representantes da indústria, da construção civil e de entidades sindicais, que apontam impactos sobre o crescimento econômico, o crédito e o emprego.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que o atual patamar dos juros impõe um custo elevado à economia e desconsidera a trajetória recente de desaceleração da inflação. Para o presidente da entidade, Ricardo Alban, o Banco Central deveria ter iniciado o ciclo de flexibilização monetária.

“Ao manter a Selic em nível insustentável, o Copom prejudica a economia e aprofunda a desaceleração do crescimento. É indispensável iniciar a redução dos juros já na próxima reunião”, afirmou em nota.

Segundo a CNI, a inflação

com moderada, as expectativas inflacionárias caminham para o centro da meta. O IPCA fechou 2025 em 4,26%, abaixo do teto de 4,5%, enquanto projeções do Boletim Focus indicam inflação de 4% em 2026 e convergência gradual para 3% nos anos seguintes. Ainda assim, a taxa real de juros segue em torno de 10,5% ao ano, cerca de 5,5 pontos percentuais acima da taxa neutra estimada pelo próprio Banco Central.

O setor da construção civil também manifestou preocupação. Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, os juros elevados restringem o crédito imobiliário, reduzem a demanda por novos empreendimentos e dificultam a viabilização de projetos. “Uma política monetária contracionista desacelera a atividade e afeta toda a cadeia produ-

tiva, com reflexos prolongados sobre emprego e renda”, disse.

Em tom mais moderado, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) avaliou que a decisão reflete cautela diante de incertezas fiscais e externas. O economista Ulisses Ruiz de Gamba destacou que, apesar da desaceleração da atividade, inflação e expectativas ainda se mantêm acima da meta. Para ele, o comunicado do Copom será decisivo para entender se há sinalização de início do ciclo de cortes.

Já as centrais sindicais reagiram de forma mais dura. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) afirmou que a manutenção da Selic mantém o Brasil no topo do ranking mundial de juros reais e penaliza a população. “Juros altos encarecem o crédito, reduzem o consumo e resultam em menos empregos”, afirmou Juvandira Moreira, presidente da Confederação Nacional dos Tra-

balhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Segundo a entidade, cada ponto percentual da Selic acrescenta cerca de R\$ 50 bilhões aos gastos públicos com juros da dívida.

A Força Sindical classificou a decisão como “irresponsabilidade social” e acusou o Banco Central de favorecer a especulação financeira em detrimento do setor produtivo. Para o presidente da entidade, Miguel Torres, a política monetária atual restringe o crédito, eleva o endividamento das famílias e trava o desenvolvimento econômico.

Apesar das críticas, o Copom manteve a Selic pela quinta vez consecutiva em 15% ao ano, o maior nível desde 2006. A decisão veio em linha com a expectativa da maioria dos analistas de mercado, em um cenário de inflação ainda acima da meta, incertezas fiscais e riscos externos. (Agência Brasil)

Regis Dudena assume Secretaria de Reformas Econômicas da Fazenda



O advogado Regis Dudena é o novo secretário de Reformas Econômicas (SRE) do Ministério da Fazenda. A nomeação foi publicada na edição de quinta-feira (29) do Diário Oficial da União. Ele substitui Marcos Barbosa Pinto, que deixou o cargo no início de janeiro para retornar à iniciativa privada.

Até então à frente da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), Dudena passa a comandar uma das áreas estratégicas da Fazenda, responsável pela política microeconômica do ministério. Entre as atribuições da SRE estão a revisão de benefícios fiscais, a modernização de marcos regulatórios, propostas de tributação sobre renda de capital, a agenda de créditos, infraestrutura financeira e mudanças no mercado de capitais.

Marcos Pinto atuou diretamente na elaboração e tramitação da reforma tributária, além de programas como o Desenrola e da proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Ao anunciar sua saída, no fim do ano passado, afirmou que deixaria o governo para se

dedicar à família.

A frente da Secretaria de Prêmios e Apostas desde abril de 2024, Dudena teve papel central na regulamentação do mercado de apostas de quota fixa e das chamadas bets, cujas regras entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A iniciativa buscou coibir a atuação de sites ilegais e reduzir a evasão fiscal no setor.

Advogado especializado em Direito Público e Regulatório, Regis Dudena é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor na área de Estudos do Sistema Financeiro Nacional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele já atuou na Casa Civil da Presidência da República, tanto na área jurídica quanto na Secretaria Executiva, além de ter passagens por setores regulados e instituições financeiras.

Dudena também é próximo do secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, com quem trabalhou como assessor especial na Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil durante o governo de Dilma Rousseff. (Agência Brasil)

FGC já pagou R\$ 32,5 bilhões a 75% dos credores do Banco Master

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) informou que já realizou pagamentos de R\$ 32,5 bilhões a 580 mil credores do Banco Master até o início da tarde da quinta-feira (29).

O volume corresponde a 80,05% do valor total previsto para desembolso e alcança 75% dos investidores com direito à garantia.

Os pagamentos começaram no último dia 19 e ganharam ritmo após ajustes técnicos que melhoraram o desempenho dos sistemas do fundo.

O FGC estima a necessidade de aproximadamente R\$ 40,6 bilhões líquidos para cobrir as garantias relacionadas ao Banco

Master, liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central em novembro. O valor representa cerca de um terço dos recursos disponíveis no fundo.

Segundo o FGC, existem cerca de 20 mil pedidos em processamento, que dependem de ação do credor.

Apesar de, na maioria dos casos, a liberação ser rápida, o fundo informa que procedimentos de segurança e prevenção a fraudes podem exigir etapas adicionais de verificação, o que pode afetar os prazos individuais de liberação dos recursos.

Além do Master, o FGC também terá de honrar garantias re-

lacionadas ao Will Bank, que teve a liquidação decretada nesta semana pelo Banco Central. A estimativa é de um desembolso adicional de R\$ 6,3 bilhões.

O início desses pagamentos depende do envio da base de dados dos credores pelo liquidante nomeado pelo BC e ainda não há prazo definido para a liberação dos valores.

O fundo destacou que, como o Will Bank integra o conglomerado do Banco Master desde agosto de 2024, o limite de cobertura de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ não é duplicado. Assim, clientes que já tenham recebido o teto máximo na liquidação de outras

instituições do grupo não terão valores adicionais a receber.

“O credor que já recebeu o valor limite da garantia de R\$ 250 mil não terá novos pagamentos, uma vez que todas as instituições pertencem ao mesmo conglomerado financeiro”, informou o FGC na semana passada.

O Banco Master foi alvo de liquidação extrajudicial em 18 de novembro, no mesmo dia em que seu controlador, Daniel Vórcaro, chegou a ser preso em operação da Polícia Federal que apura suspeitas de fraudes bilionárias. Ele foi posteriormente solto e responde às investigações em liberdade, sob medidas cautelares. (Agência Brasil)

Juros para famílias sobem para 60,1% ao ano em 2025

Os juros médios para as famílias subiram 7 pontos percentuais (pp) em 2025, atingindo 60,1% ao ano em dezembro, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas na quinta-feira (29), pelo Banco Central (BC). O destaque é para maior participação da carteira de operação de crédito rotativo, cujas operações operam com juros mais elevados que a média do segmento.

Ainda que com recuo de 13,6 pp no ano, a taxa média do rotativo chegou a 438% ao ano.

Mesmo com a limitação de cobrança dos juros do rotativo - em vigor desde janeiro de 2024 - os juros seguem variando. Isso porque a medida visa reduzir o endividamento, mas não afeta a taxa de juros pactuada no momento da contratação do crédito.

O crédito rotativo dura 30 dias e é tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão de crédito, pagando a parcela mínima, por exemplo. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito, com a modalidade do cartão parcelado. Nesse caso, o aumento dos juros também foi significativo em 2025, de 17,9 pp, indo para 189% ao ano.

Outro destaque foi o avanço de 13,4 pp nas contratações de crédito pessoal não consignado, que subiram para 116,8% ao ano.

No caso das operações com

empresas, a taxa média situou-se em 25% ao ano no fim de 2025, acréscimo de 3,3 pp no ano. O destaque são os incrementos de 30,6 pp em capital de giro com prazo até a 365 dias, indo para 50,3% ao ano, e de 24,7 pp em cheque especial, chegando a 355,7% ao ano.

Essas são as taxas no crédito livre, ou seja, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado - com regras definidas pelo governo - é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa para pessoas físicas ficou em 11,2% ao ano e no fim de 2025, aumento de 1 pp no ano. Para empresas, a taxa ficou estável no ano, em 12,2% ao ano.

Juros em alta

Com isso, considerando recursos livres e direcionados, para famílias e empresas, a taxa média de juros das concessões de crédito chegou a dezembro de 2025 com incremento de 3,9 pp, atingindo 32,4% ao ano.

Como esperado, a alta dos juros bancários acompanha o ciclo de elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic, definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. A Selic é o principal instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação.

Ao aumentar a taxa, o BC visa esfriar a demanda e conter a infla-

ção, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, fazendo com que as pessoas consumam menos, e com que os preços subam menos. A taxa básica de juros está no maior nível desde julho de 2006, registrada em 15,25% ao ano.

O spread bancário das taxas de juros situou-se em 21,4 pp, acréscimo de 3,9 pp em 2025, após diminuição de 1,9 pp em 2024. Ele mede a diferença entre o custo de captação dos recursos pelos bancos e as taxas médias cobradas dos clientes. O spread é uma margem que cobre custos operacionais, riscos de inadimplência, impostos e outros gastos e resulta, assim, no lucro dos bancos.

Desaceleração no saldo

Em 2025, as concessões de crédito chegaram a R\$ 786,4 bilhões, com aumento de 9,1% no

ano, apresentando desaceleração na comparação com 2024, quando avançaram 15,5%.

Com isso, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 7,122 trilhões, um crescimento de 10,2% em 2025, com desaceleração ante 2024, quando avançou 11,5%. O arrefecimento na expansão do crédito em 2025 ocorreu tanto no segmento de pessoas jurídicas (8,1%, em 2025, ante 9,9% em 2024), quanto no destinado às pessoas físicas (11,6% ante 12,6% nos mesmos períodos comparativos).

As carteiras de crédito para pessoas jurídicas e famílias, respectivamente, fecharam 2024 com saldos de R\$ 2,699 trilhões e R\$ 4,423 trilhões, na mesma ordem.

O crédito ampliado ao setor não financeiro - que é o crédito

disponível para empresas, famílias e governos, independentemente da fonte (bancário, mercado de títulos ou dívida externa) - alcançou R\$ 20,790 trilhões, com aumento de 11,4% no mês, refletindo avanços de 19,1% nos títulos públicos de dívida e de 10% nos empréstimos do SFN.

Endividamento das famílias

Segundo o Banco Central, a inadimplência - atrasos acima de 90 dias - foi 4,1% em dezembro, com elevação de 1,1 pp comparativamente ao final de 2024. No segmento empresarial, o percentual de inadimplência situou-se em 2,5%, após alta de 0,5 pp no ano. No crédito às famílias, a inadimplência aumentou 1,5 pp no ano, atingindo 5%.

O endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12

meses - ficou em 49,8% em novembro, aumento de 0,5 pp no mês e 1,5 pp em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, o endividamento ficou em 31,3% no penúltimo mês do ano.

Já o comprometimento da renda - relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período - ficou em 29,3% em novembro, com estabilidade na passagem do mês e aumento de 2,2 pp em 12 meses.

Os dois últimos indicadores - endividamento e comprometimento de renda - são apresentados com uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (Agência Brasil)

Brasil cria 1,279 milhão de postos de trabalho em 2025, aponta Caged

Pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia, a criação de empregos formais caiu no Brasil em 2025. Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 1.279.498 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no ano passado.

O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. O saldo é 23,73% menor em relação a 2024, quando o país tinha criado 1.677.575 empregos. Os dados trazem ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

Apenas em dezembro, mês tradicionalmente marcado por demissões, foram eliminados 618.164 empregos, 11,29% a mais em relação ao mesmo mês de 2024. No mesmo mês do ano anterior, tinham sido fechados 555.430.

Em relação aos meses de dezembro, o total foi o pior desde dezembro de 2020, quando foram eliminadas 156.243 vagas. A mudança da metodologia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

Mesmo com a queda em dezembro, na divisão por ramos de atividade, todos os cinco setores pesquisados criaram empre-

gos formais em 2025.

Serviços: 758.355 postos; Comércio: 247.097; Indústria (de transformação, de extração e de outros tipos): 144.319;

Construção civil: 87.878; Agropecuária: 41.870.

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com a abertura de 318.460 postos formais. A categoria de administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde humana e serviços sociais abriu 194.903 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de

transformação, que contratou 114.127 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou o segmento de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que abriu 14.346 vagas. A indústria extrativa abriu 9.554 vagas em setembro.

Na divisão por unidades da Federação, todas registraram saldo positivo em 2025. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (+311.228 postos); Rio de Janeiro (+100.920) e Bahia (+94.380).

Os menores saldos de criação de empregos foram registrados no Tocantins (+7.416 postos); Acre (+5.058) e Roraima (+2.568). (Agência Brasil)

Eco Invest registra maior leilão do programa, com demanda de R\$ 80 bilhões

O Programa Eco Invest Brasil alcançou o maior leilão de sua história. O resultado do terceiro leilão, divulgado na quarta-feira (28) pelo Tesouro Nacional, aponta demanda com potencial de mobilizar cerca de R\$ 80 bilhões em investimentos em equity (compra de participação em empresas), dos quais R\$ 24 bilhões em recursos públicos.

Dos R\$ 80 bilhões demandados, foram homologados R\$ 15 bilhões em capital público, capazes de viabilizar aproximadamente R\$ 53 bilhões em investimentos privados. Mais de R\$ 11 bilhões deverão ser destinados ao desenvolvimento de startups e pequenas e médias empresas (PME), com foco em inovação, sustentabilidade e crescimento de longo prazo.

Criado em 2024, o Eco Invest Brasil tem como objetivo impulsionar investimentos privados sustentáveis e atrair capital externo para projetos estratégicos da transição ecológica. O programa oferece instrumentos financeiros inovadores, como proteção parcial contra a volatilidade cambial, e apoia iniciativas ligadas à indústria verde, recuperação de biomas, infraestrutura climática e inovação tecnológica.

Dados da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) indicam que, em um período de 12 meses, as propostas homologadas neste leilão equivalem a 32,5% de todo o investimento realizado no setor no Brasil, entre outubro de 2024 e setembro de 2025.

Nesta edição, seis instituições financeiras tiveram propostas vencedoras. O Itaú liderou, com cerca de 50% do volume homologado, equivalente a quase R\$ 30 bilhões. Em seguida aparecem a Caixa Econômica Federal, com R\$ 9 bilhões, além de Bradesco, HSBC, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil.

Projetos

A maior parte dos recursos será destinada a projetos de Transição Energética, que concentraram 64,5% das propostas homologadas. Bioeconomia respondeu por 16%. Infraestrutura Verde para Adaptação por

10,4% e Economia Circular por 9,1%, em linha com o Plano de Transformação Ecológica - Novo Brasil.

Potencial

Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Eco Invest ultrapassou R\$ 127 bilhões em potencial de mobilização de recursos e demonstra o crescente interesse do setor privado por projetos sustentáveis.

Entre os setores estratégicos, destacam-se investimentos em combustíveis sustentáveis de aviação (SAF), com R\$ 12,2 bilhões indicados, e nas cadeias de baterias e veículos elétricos, que somam R\$ 9,3 bilhões. O objetivo é inserir o Brasil de forma competitiva na economia verde global.

Coordenado pelos Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Embaixada do Reino Unido no Brasil, o Eco Invest Brasil já concluiu três leilões e se consolida como o maior programa de finanças verdes do país. As instituições financeiras vencedoras terão até 24 meses para mobilizar capital externo e até 60 meses para realizar os aportes nos projetos selecionados.

O que é equity?

O termo equity refere-se a investimentos feitos por meio da aquisição de participação societária em empresas, ou seja, o investidor passa a ser sócio do negócio. Diferentemente de financiamentos tradicionais ou empréstimos, esse modelo não envolve pagamento de juros, mas aposta no crescimento e na valorização da empresa ao longo do tempo.

No Eco Invest Brasil, o equity é destinado principalmente a startups e empresas em expansão ligadas à economia verde, por meio de estratégias de venture capital (voltadas a negócios em estágio inicial) e private equity (destinada a empresas estruturadas, com potencial de escala). O uso de recursos públicos ajuda como capital catalítico a reduzir riscos e atrair investidores privados, ampliando o volume total de investimentos. (Agência Brasil)

INSS diz que PicPay devolveu R\$ 2,1 milhões a segurados

O PicPay devolveu R\$ 2,1 milhões a segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), referentes a valores cobrados indevidamente referentes à contratação de seguro prestamista - modalidade de seguro vinculada ao empréstimo consignado que quita a dívida em situações como morte, invalidez ou desemprego. De acordo com a autarquia o reembolso abrange 4.340 apólices e foi concluído em 30 de dezembro de 2025.

Os valores foram creditados diretamente na conta do benefício previdenciário ou em conta PicPay, conforme a forma de pagamento utilizada pelo segurado. Procurado pela reportagem, o PicPay disse que não vai comentar.

Em dezembro do ano passado, a instituição financeira firmou um termo com o INSS, comprometendo-se a adequar seus procedimentos relacionados às operações de crédito consignado e a devolver de forma imediata os valores cobrados indevidamente.

No acordo, a instituição também assumiu o compromisso de não comercializar seguro prestamista ou outros produtos e serviços com desconto direto nos benefícios previdenciários. Além disso, ficou estabelecido que a contratação ou a liberação do crédito consignado não pode ser condicionada à aquisição de seguros, títulos de capitalização, planos assistenciais ou serviços de natureza se-

melhante (prática caracterizada como venda casada).

O acordo previa que o banco só ficaria dispensado da devolução nos casos em que os beneficiários já tivessem recebido o valor segurado ou quando houve sinistro passível de acionamento da cobertura do seguro.

Em nota, o INSS diz que que acompanha de forma permanente as operações de crédito consignado, com o objetivo de proteger os beneficiários e coibir práticas irregulares.

Em novembro do ano passado, o INSS também firmou termos para que o Banco Inter, a Ficta Financeira e a Cubocube Sociedade de Crédito Direto suspendessem imediatamente a cobran-

ça do seguro prestamista nas operações de crédito consignado oferecidas a aposentados e pensionistas.

As instituições financeiras ficaram proibidas de ofertar ou incluir esse seguro na contratação ou no refinanciamento de empréstimos consignados, inclusive sob outras denominações, quando o pagamento for feito por meio de desconto no benefício previdenciário.

Com o termo, as instituições também se comprometeram a devolver os valores cobrados indevidamente a título de seguro prestamista, caso seja comprovada a irregularidade após processo administrativo, com garantia de ampla defesa e contraditório. (Folhapress)

Receita desmente novo imposto para todos os aluguéis por temporada

A Receita Federal desmentiu na noite da quarta-feira (28) a informação de que todos os proprietários que alugam imóveis por temporada passarão a pagar um novo imposto a partir de 2026. Segundo o órgão, a afirmação é falsa e generaliza regras da reforma tributária que não se aplicam à maioria das pessoas físicas.

A mudança na tributação dos aluguéis está prevista na Lei Complementar (LC) 214/2025, que cria o novo sistema de impostos sobre consumo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual.

Segundo a Receita, a LC 227/2026, sancionada há duas semanas e que conclui a regulamentação da reforma tributária, não trata de cobrança imediata de impostos sobre aluguéis, como chegou a ser divulgado.

Pelas regras aprovadas, a

locação por temporada, de contratos de até 90 dias, só pode ser equiparada à hotelaria quando o locador for contribuinte regular do IBS/CBS. No caso de pessoas físicas, isso só ocorre se dois critérios forem atendidos simultaneamente: possuir mais de três imóveis alugados e ter receita anual com aluguéis superior a R\$ 240 mil, valor que será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Quem não se enquadrar nesses critérios continuará sujeito apenas ao Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), sem incidência dos novos tributos sobre consumo. A Receita afirma que a regra foi desenhada justamente para evitar a tributação de pequenos proprietários e reduzir o risco de cobrança indevida.

Outro ponto destacado é que a reforma prevê um período de transição. Embora 2026 marque o início do novo sistema, a cobrança efetiva e plena

do IBS e da CBS será escalonada de 2027 a 2033. Dessa forma, os efeitos financeiros não serão imediatos para todos os contribuintes.

No caso dos aluguéis residenciais tradicionais, a carga do IBS/CBS terá redução de 70%, resultando em uma alíquota efetiva estimada em 8%, além do IR. Já na locação por temporada equiparada à hospedagem, o benefício é menor, mas, segundo a Receita, não chega aos percentuais elevados que vêm sendo divulgados.

Para grandes proprietários, aqueles com muitos imóveis e alta renda, a tributação também será amenizada por mecanismos como alíquota reduzida, cobrança apenas sobre valores acima de R\$ 600 por imóvel, possibilidade de abatimento de custos com manutenção e reforma, além de cashback (devolução de impostos) para inquilinos de baixa renda.

A Receita ressalta ainda que ajustes posteriores à lei origi-

nal trouxeram mais segurança jurídica, diminuindo as hipóteses de enquadramento como contribuinte e tornando as regras mais favoráveis às pessoas físicas que alugam imóveis por temporada.

A LC 227/2026, esclareceu o Fisco, favoreceu as pessoas físicas que alugam imóveis, diminuindo as hipóteses em que elas são enquadradas como contribuintes da CBS e do IBS. A lei complementar também tornou mais clara a aplicação do redutor social para contribuintes de baixa renda, especificando que o benefício será aplicado mensalmente e não reduzirá direitos.

Segundo o Fisco, a reforma busca simplificar o sistema, reduzir distorções e diminuir a carga sobre aluguéis de menor valor. "A ideia de aumento generalizado de impostos ou de aluguéis não se sustenta nos dados nem na legislação aprovada", destaca a nota. (Agência Brasil)

Sisu 2026: candidatos já podem conferir resultado individual

Cumprir meta fiscal requer R\$ 14 bi extras neste ano e R\$ 46 bi em 2027, calcula Tesouro

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisará arcar com R\$ 14 bilhões extras neste ano para alcançar o centro da meta fiscal, que prevê um superávit de 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto), o equivalente a R\$ 34,3 bilhões.

A necessidade de reforço na arrecadação será ainda maior em 2027, quando o próximo presidente eleito iniciará seu mandato. Os cálculos apontam um buraco de R\$ 46 bilhões, considerando a promessa de entregar um superávit de 0,5% do PIB, ou R\$ 73 bilhões. Esse alvo ainda precisa ser confirmado em abril, quando o Executivo envia ao Congresso o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) do ano que vem.

As estimativas foram apresentadas pelo Tesouro Nacional na última edição do Relatório de Projeções Fiscais, documento no qual o órgão traça cenários para a trajetória das contas públicas nos próximos dez anos.

Nessas simulações, a demanda por mais arrecadação é crescente ao longo dos anos, mesmo com regras que permitem descontar da meta fiscal uma fatia relevante das despesas com sentenças judiciais.

Só em 2027, R\$ 96,1 bilhões em precatórios ficarão fora da conta, ou seja, serão gastos sem que o governo precise necessariamente ter receitas para cobri-los. A regra foi aprovada por meio de emenda constitucional com anuência do governo Lula e prevê a incorporação gradual dos valores à meta fiscal, numa transição que termina só em 2036.

A necessidade de receitas vem de uma combinação de alvos mais elevados, que chegam a um superávit de 1,25% do PIB em 2029 para tentar desacelerar o aumento da dívida pública, e dos repasses a estados previstos na Reforma Tributária, que contribuem para sobrecarregar as contas federais no fim da década.

A emenda constitucional da reforma criou dois fundos, o FCBF (Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais), que é temporário e vai ressarcir empresas que hoje usufruem de benefícios fiscais do ICMS estadual, e o FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional), que será permanente e vai servir de mecanismo substituto para conceder incentivos locais.

O Tesouro prevê que o desembolso para os dois fundos iniciará em R\$ 27 bilhões em 2029 e alcançará o pico de R\$ 145 bilhões em 2032. Segundo a emenda constitucional da reforma, as despesas ficam fora do limite de gastos do arcabouço fiscal, mas dentro da meta. Em outras palavras, a equipe econômica não precisará cortar outras políticas para acomodar a obrigação, mas terá de correr atrás das receitas para bancá-la.

As projeções do Tesouro, porém, indicam que a necessidade de receitas adicionais não decorre apenas dos fundos, uma vez que o buraco na meta fiscal supera esses desembolsos. Pelas estimativas, a necessidade de arrecadação extra é de R\$ 165 bilhões em 2029 e chega a R\$ 299 bilhões em 2032. Ou seja, os demais gastos tam-

bém vão crescer acima das receitas ao longo do tempo.

Os cálculos do Tesouro consideram as metas indicadas pelo governo Lula na última LDO, que poderão ser alteradas pela próxima administração. Ainda assim, eles dão uma ideia do tamanho do desafio fiscal do país.

Mesmo que o Executivo consiga vencer as resistências do Congresso e emplacar novas medidas para obter todas as receitas adicionais necessárias, os resultados das contas serão insuficientes para estabilizar a trajetória da dívida pública, que encostará em 89% do PIB em 2032 (cerca de dez pontos acima dos 79,3% do PIB ao fim de 2025).

Por outro lado, metas menores, ainda que mais fáceis de serem cumpridas, levarão a uma deterioração adicional das finanças do país.

Em 2026, ano eleitoral, a necessidade de R\$ 14 bilhões em receitas é um desafio menor, já que a ausência desse reforço na caixa pode ser acomodada dentro da própria margem de tolerância da meta. A regra permite à equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) entregar um resultado zero em 2026, sem contar as despesas fora das regras (calculadas em R\$ 57,8 bilhões).

Para chegar a esse número, no entanto, o Tesouro contabilizou outros R\$ 48 bilhões esperados com medidas já aprovadas ou previstas, mas cujo impacto é incerto. O valor já considera a fatia que fica com a União após transferências a estados e municípios.

A lista inclui os leilões de petróleo (que podem render até R\$ 31 bilhões), ganhos com o sistema de balcão único para abertura de empresas (R\$ 6,6 bilhões) e o corte linear de benefícios tributários, cujo impacto foi inicialmente estimado em R\$ 19,8 bilhões, que foi o valor considerado pelo órgão. Durante a tramitação, porém, o Congresso desidratou o texto e, por isso, integrantes da equipe econômica esperam um valor mais próximo de R\$ 15 bilhões neste ano.

Segundo o Tesouro, a elevação da taxa das bets (casas de apostas) e das fintechs e o aumento da tributação sobre o JCP (Juro sobre Capital Próprio, uma forma de remuneração dos acionistas de empresas) foram aprovadas após as projeções do relatório e podem ajudar a compor a arrecadação federal.

O órgão ainda citou os R\$ 14 bilhões em receitas com o aumento do Imposto de Importação, incluídas na Lei Orçamentária, mas sem definição ainda por parte do governo.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, é menos otimista. Ele prevê que o governo fechará o ano de 2026 com um superávit de R\$ 4 bilhões, próximo ao limite inferior da margem da meta, desde que consiga garantir uma receita adicional de R\$ 10 bilhões em dividendos de empresas estatais, para além do que já está previsto no Orçamento.

"Sem esse adicional, veríamos a necessidade de um contingenciamento de R\$ 6 bilhões no início do ano. É bem menos do que nos anos anteriores, mas ainda assim é relevante", afirmou. (Folhapress)

O resultado individual da chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2026 já está disponível para consulta no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior do Sisu. O acesso é feito com o login da plataforma Gov.br.

Os estudantes selecionados dentro das vagas disponíveis na chamada regular deverão realizar a matrícula a partir de 2 de fevereiro, no período indicado no edital da instituição pública de ensino superior.

O Sisu tem como objetivo democratizar o acesso a instituições públicas de educação superior (IES) que aderiram ao processo seletivo, de todo o país.

Lista de espera

Os candidatos não selecionados que queiram participar da lista de espera devem manifestar interesse até a próxima segunda-feira (2), também pelo Portal Único de Acesso.

A convocação da lista de espera segue a ordem de clas-

sificação da chamada regular, mas só inclui os candidatos que manifestaram interesse na lista.

A convocação será feita diretamente pelas instituições em que o estudante se inscreveu.

É possível participar da lista de espera de apenas uma opção de curso. O candidato deve consultar os canais oficiais da instituição de interesse e observar as regras e os prazos estabelecidos em edital.

A maioria das instituições participantes do Sisu é da rede federal de educação superior, com destaque para universidades e institutos federais.

Pela primeira vez, nesta edição, quem participou de pelo menos uma das três últimas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – 2023, 2024 ou 2025 – conseguiu se inscrever para concorrer a vagas oferecidas pelas instituições que aderiram ao processo seletivo. (Agência Brasil)

Preços altos derrubam consumo de café no Brasil em 2025

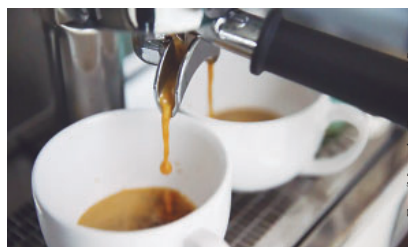


Foto: Marcelo Camargo/ABR

A alta do preço do café nos últimos anos acabou fazendo com que o consumo do produto no mercado brasileiro caísse no ano passado. Segundo os dados divulgados nesta quinta-feira (29) pela Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), o consumo da bebida caiu 2,31% entre os meses de novembro de 2024 e outubro de 2025 em comparação com o mesmo período anterior, passando de 21,9 milhões de sacas de 60 kg em 2024 para 21,4 milhões no ano passado. O recorde foi obtido em 2017, quando o consumo interno chegou a atingir 22 milhões de sacas.

Quanto aos preços, a alta foi de 5,8% para o consumidor, resultado da volatilidade dos anos anteriores. Nos últimos cinco anos, informou a Abic, a matéria-prima aumentou 201% na espécie conilon e 212% na arábica. Já no varejo, o café aumentou 116%.

Segundo Pavel Cardoso, presidente da Abic, o aumento de preços em 2025 é resultado dos problemas enfrentados nos últi-

mos anos de safras ruins, devido ao clima, e baixos estoques.

"Desde 2021 houve um descaimento nessa cadeia global de oferta e demanda. Em 2021 tivemos problemas climáticos sucessivos, trazendo frustrações com o tamanho da safra", explicou em entrevista na tarde desta quinta-feira, na capital paulista.

Apesar dessa queda no consumo, Pavel encara como positivo o resultado obtido no ano passado. "Nos tivemos essa escalada de preços da matéria-prima desde 2021 e o consumo brasileiro seguiu bem em todos esses anos, demonstrando de forma inequívoca o quanto resiliente é o café para o brasileiro. O brasileiro não abre mão do café".

Ainda segundo Pavel, "mesmo com essa leve redução de 2,31%, nós reportamos isso como uma notícia positiva, haja vista esse histórico dos últimos cinco anos, onde enfrentamos aumentos impressionantes, acima de 200% para a matéria-prima e acima de 116% para o consumo".

Mesmo com essa queda, o Brasil se mantém na segunda posição de país mais consumidor de café no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. E quando se considera o consumo per capita, o Brasil supera os Estados Unidos, com cada brasileiro consumindo, em média, 1,4 mil xícaras de café por ano.

Para este ano de 2026, a expectativa da Abic é de que não haverá uma queda significativa no preço do café.

Expectativas

A queda no consumo interno brasileiro não significou perdas para o faturamento da indústria, que cresceu 25,6% em 2025, somando R\$ 46,24 bilhões. Segundo a Abic, esse crescimento no faturamento foi resultado principalmente do aumento do preço do café nas gôndolas.

Para este ano de 2026, a expectativa da Abic é de que não haverá uma queda significativa no preço do café, mas um ambiente mais estável em função da entrada de uma safra que deve ser muito boa. O preço do produto ao consumidor só deverá começar a cair daqui a duas safras, já que os estoques ainda estão baixos em todo o mundo. Enquanto isso não ocorre, a Abic aposta em promoções para atrair o consumidor.

"Os estoques globais nos países produtores para os consumidores são historicamente baixos. Então, quando essa safra chegar (com expectativa de boa florada), se ela der realmente o número que se espera e com algum conforto, teremos menor

volatilidade [nos preços]", avalia Pavel.

"A nossa leitura é que, ainda que haja um arrefecimento de volatilidade, não temos grandes espaços para reduções substanciais [no preço do produto] porque os estoques estão historicamente baixos. O entendimento de alguns operadores de mercado é de que precisaremos de pelo menos duas safras para a gente ter essa redução [de preço] numa proporção mais confortável para o consumidor", disse.

Tarifação

De acordo com o presidente da Abic, toda a cadeia do café ajuda luta para reduzir as tarifas que foram aplicadas pelo governo dos Estados Unidos ao café solúvel. Embora o governo estadunidense tenha suspenso, em novembro do ano passado, a tarifa de 40% sobre o café em grão, o café solúvel foi deixado de lado e continua sendo taxado.

Pavel disse que essa taxa do café solúvel continua em discussão e a expectativa da cadeia é de que essa medida seja revertida em poucos meses.

O presidente da Abic avalia que a assinatura do acordo entre o Mercosul e a União Europeia traz perspectivas positivas para o setor. "O Brasil é de longe o maior produtor de café do mundo, sendo que 40% do que o mundo produz sai desse país. A oportunidade do novo acordo entre a União Europeia e o Mercosul traz grandes e positivos desafios para a indústria brasileira", reforçou. (Agência Brasil)

Dino nega pedido para suspender a renovação automática da CNH

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na quinta-feira (29) negar pedido de suspensão da nova regra que permite a renovação automática da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para motoristas que não foram multados nos últimos dois meses.

Na decisão, Dino aponta que a Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego (Abrapsit), entidade que recorreu ao STF, não tem legitimidade jurídica para questionar a Medida Provisória 1.327 de 2025, que passou a prever a medida.

A associação criticou a adoção do cadastro de bons condutores para dispensar motoristas da realização de exames de apti-

ção física e mental para renovação do documento.

O ministro também decidiu não analisar a ação direta de inconstitucionalidade protocolada pela entidade.

"Admitir-se a legitimação extraordinária da Abrapsit significaria atribuir-lhe a representação em juízo de interesses de uma comunidade muito mais ampla do que a dos seus associados, fazendo instaurar um processo coletivo em que a maioria dos membros do grupo, categoria ou classe estariam sendo, potencialmente, representados por quem defende interesses não coincidentes ou até contrários aos seus", decidiu Dino.

A renovação automática da



Foto: Marcello Camargo/ABR

CNH para bons condutores entrou em vigor no início deste mês. Segundo o Ministério dos Transportes, a medida já beneficiou 323.459 motoristas. Cer-

ca de R\$ 226 milhões foram economizados pelos condutores. O montante inclui os valores que seriam pagos em exames e taxas. (Agência Brasil)

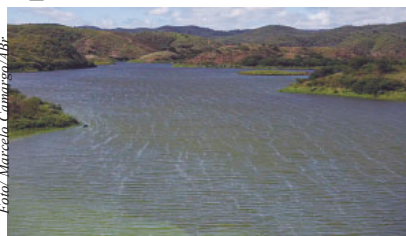
Nível do Rio São Francisco ultrapassa cota de alerta

O Rio São Francisco, que corta Minas Gerais e boa parte da Região Nordeste, está com o nível acima da cota de alerta e em processo de subida em algumas cidades mineiras e baianas.

Os dados são do mais recente boletim do Sistema de Alerta Hidrológico da bacia, divulgado na manhã de quinta-feira (29).

No município de Pedras de Maria da Cruz (MG), o nível atual do rio passou dos 7,5 metros (m), quase 2m acima da cota de inundação.

Na cidade mineira de São Francisco e nos municípios baianos de Carinhanha e Bom Jesus da Lapa, as águas já subiram aci-



ma das margens, causando alagamentos em algumas áreas.

Cerca de 150 mil pessoas vivem nessas quatro cidades.

Com a cheia do São Francisco e dos afluentes que cortam a região, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de De-

sastres Naturais considera "moderada" a possibilidade de enxurradas nas cidades, entupimento de córregos e alagamentos em áreas rebaixadas com problemas de drenagem.

Segundo o Serviço Geológico do Brasil, em mais da metade das estações de monitoramento ao longo do Rio São Francisco, a previsão é que o nível das águas se mantenha abaixo da cota de alerta, sem probabilidade próxima de inundação.

O período de chuvas na região da Bacia do Rio São Francisco começou em novembro e deve durar até, pelo menos, o mês de março. (Agência Brasil)